

Modos de Pensamento

As ações humanas formaram o meio ambiente no qual as gerações sucessivas e as diferentes sociedades viveram. A força propulsora por trás de muitas dessas ações foi muito simples — com o crescimento constante do número de seres humanos, surgiu a necessidade de alimentar, vestir e abrigá-los. Mas a maneira pela qual os seres humanos pensavam no mundo que os cercava foi muito importante para a legitimação do tratamento que deram ao mundo e no fornecimento de uma explicação de seu papel dentro da estrutura geral. O modo de pensar sobre o mundo que se tornou dominante nos últimos séculos originou-se na Europa. Outras tradições, especialmente a das religiões orientais, forneceram interpretações radicalmente diferentes, mas foram menos influentes.

Um dos aspectos fundamentais, existente em todas as

tradições, é o relacionamento entre os seres humanos e o resto da natureza. Os seres humanos seriam parte integral da natureza, ou então completamente separados dela, sendo, de alguma forma, superiores? A resposta a essa pergunta é crucial para determinar como os diferentes pensadores e religiões decidiram quais as ações humanas que podem ser vistas como legítimas ou moralmente justificáveis. Desta pergunta surgem outras relacionadas, como, por exemplo, se todas as plantas e animais do mundo existem somente para o benefício dos seres humanos; se os seres humanos têm a responsabilidade de manter e cuidar do resto da natureza (ou da criação de Deus). Nos últimos duzentos anos, essas questões religiosas e filosóficas foram suplantadas por questões econômicas — como a vida deveria ser organizada e os poucos recursos usados e distribuídos. Apesar de, à primeira vista, essas perguntas não parecerem filosóficas, elas exerceram uma influência além da esfera dos economistas e acadêmicos. Também tiveram um impacto fundamental sobre o modo como os seres humanos visualizavam o mundo e justificavam suas ações.

As origens do pensamento europeu sobre o relacionamento entre seres humanos e a natureza podem ser descobertas, como em outras tantas áreas, na influência dos filósofos da Grécia e da Roma antigas e das idéias que a Igreja cristã herdou de suas origens judaicas. A convicção mais forte, encontrada tanto nas tradições clássicas como nas cristãs, foi a de que os seres humanos foram colocados em uma posição de domínio sobre o resto de uma natureza subordinada. Embora essa idéia de que os seres humanos tenham a responsabilidade de preservar um mundo natural, do qual seriam simples guardiães, possa ser encontrada em uma sucessão de pensadores, ela permaneceu como uma tradição minoritária.

Muitos pensadores olharam o mundo que os cercava e viram que o que atualmente é reconhecido pelos ecologistas

como competição e cooperação entre as plantas e os animais, em ecossistemas, produziu um mundo ordenado, no qual cada parte parece ter um papel e um propósito dentro de um plano global. Isso levou-os a argumentar que tal plano só poderia ter sido concebido por um Deus, ou por deuses, e começaram a especular sobre a posição dos seres humanos dentro desse plano. Um dos primeiros a fazer isso foi Xenofonte, em sua *Memorabilia*. Ele atribui a Sócrates o argumento de que tudo que faz parte dos seres humanos (como os olhos e as mãos, por exemplo) tem um propósito e que os deuses também criaram tudo cuidadosamente para benefício do homem. Eutidemo, um dos participantes desse debate fictício, responde dizendo que: "Começo a duvidar se afinal de contas, os deuses ocupam-se em outro trabalho que não seja servir ao homem". Mas preocupa-se com outro aspecto, o de que "os animais inferiores também desfrutam dessas bênçãos", mas Sócrates reafirma que, dentro desse plano geral, está claro que esses animais só são produzidos e nutridos para benefício dos humanos. Esse argumento, baseado em um plano preestabelecido e criado dentro da natureza, reaparece freqüentemente no pensamento ocidental até o século XIX, quando os avanços feitos no pensamento científico, notadamente nas idéias de Darwin sobre a origem das espécies, operando através de uma seleção e adaptação naturais, começaram a destruí-lo. Com o passar dos séculos, o argumento desenvolveu-se principalmente no sentido de que os novos pensadores propunham novas evidências a partir da própria natureza, para ilustrar as diferentes formas pelas quais as plantas e os animais encontravam-se tão completamente adaptados a seus papéis particulares. Isto só serviu para reforçar a idéia de que, como tudo fora tão bem preparado para os seres humanos, então eles deveriam ser mesmo as criaturas mais importantes da terra e, portanto, com todo o direito de usar os outros como lhes aprouvesse. Outra antiga expressão dessa visão antro-

pocêntrica do mundo pode ser encontrada em Aristóteles. Em sua obra *A Política*, ele argumenta que as plantas são feitas para os animais e conclui com a seguinte declaração: "Portanto, se a natureza não faz nada incompleto e nada em vão, devemos acreditar que ela fez todos os animais para o bem-estar dos seres humanos."

Com os estóicos (especialmente Panaetius, que viveu em Rodes no século II a.C.) e também com Cícero, foram acrescentados alguns argumentos mais sutis a esse enfoque geral, enfatizando os aspectos estéticos e utilitários. Para eles, o mundo é tanto bonito quanto útil. A beleza é agradável de ser vista e, conseqüentemente, deveria ser preservada, mas os seres humanos, graças às suas necessidades de alimento, recursos e bens, melhoram a natureza. Cícero, por exemplo, faz pouca distinção entre o mundo natural, intocado, e aquele modificado pela ação humana — acredita que os dois sejam idênticos. Apesar dos pensadores epicuristas enfatizarem os aspectos mais ásperos da natureza — animais selvagens, desastres naturais, fracasso das colheitas — que caminhavam junto com a beleza, o pensamento clássico geralmente estava caracterizado pela idéia dos seres humanos como organizadores da natureza. Os seres humanos eram colocados em um plano mais elevado que o dos outros animais: sua capacidade de criar seu próprio mundo implicava uma posição superior, de finalizador da criação crua. Os pensadores clássicos estavam bem conscientes de que as ações humanas estavam mudando o mundo em torno deles (como Platão esclarece na passagem de *Crítias* sobre o desflorestamento e a erosão do solo, citação anterior, p. 76), mas diferentemente daqueles que, como Xenofonte e Hesíodo, viam a história humana como uma história de declínio a partir de uma era de ouro, e geralmente encaravam as ações humanas que modificavam o meio ambiente como perfeitamente naturais e benéficas.

A ascensão do cristianismo e sua adoção como religião estatal do antigo império romano, no século IV, introduziu

um novo elemento — que até então estivera confinado a grupos pequenos de pessoas pouco influentes, às margens do que os contemporâneos acreditavam ser o mundo civilizado. Os cristãos incorporaram a seus textos sagrados antigos livros religiosos judaicos. O Gênesis, que se tornou o primeiro livro da Bíblia cristã, contém dois mitos diferentes sobre a criação (nenhum dos quais, no entanto, muito diferente dos muitos outros existentes nas religiões do Oriente Próximo), ambos dando essencialmente a mesma visão do relacionamento entre Deus, os seres humanos e o mundo natural. No primeiro desses mitos (Gênesis, Capítulo 1), Deus cria os seres humanos no clímax de cinco dias de trabalho ininterrupto e concede-lhes, com as bênçãos divinas, o domínio sobre o resto da criação:

"Crescei e multiplicai e povoai a Terra e dominai-a; e dominai os peixes do mar e as aves dos ares e todos os seres vivos que se movem sobre a Terra... Crescei e multiplicai e povoai a Terra e dominai-a."

No outro mito (Gênesis, Capítulo 2), o homem é criado primeiro e, depois, o jardim do Éden com as plantas e os animais e, finalmente, a mulher. Mas neste mito também os animais ainda são criados para benefício dos seres humanos e é Adão quem lhes dá seus nomes. Depois, Deus destrói o mundo com uma grande enchente, mas em um novo contrato com Noé e sua família como os únicos sobreviventes, Deus mais uma vez, e desta vez em termos ainda mais conclusivos, concede-lhes e a seus descendentes o domínio sobre o mundo:

"Todas as coisas que se movem serão alimento para você: e assim como lhe dei as plantas verdes, dou-lhe tudo o mais... O temor e o respeito por você recairão sobre todas as feras da terra e sobre todas as aves do ar, sobre tudo o que se move sobre a terra e sobre todos os peixes do mar; sobre suas mãos eles serão entregues."

Esse mesmo tema aparece em muitos outros dos livros

sagrados judaicos incorporados na Bíblia. O Salmo 8, por exemplo, diz, "Vós destes a ele (homem) o domínio sobre as obras de vossas mãos", e o Salmo 115 apresenta a mesma mensagem: "Os céus são o paraíso do Senhor, mas a terra Ele concedeu aos filhos dos homens."

Os pensadores cristãos antigos e medievais aceitaram, quase que sem dúvidas, a visão herdada da literatura judaica de que Deus dera aos seres humanos o direito de explorar as plantas, os animais e o mundo inteiro para seu benefício. A natureza não é vista como sagrada, estando portanto aberta à exploração pelos seres humanos, sem quaisquer remorsos de ordem moral — na realidade, os seres humanos têm o direito de usá-la como melhor lhes aprouver. Deus está representado tipicamente como acima e separado do mundo, e o que importa, acima de tudo, é o relacionamento do indivíduo com Deus e não com o mundo natural. Verdadeiramente, segundo essa corrente do pensamento, os seres humanos não são vistos como sendo parte do mundo natural, pois são únicos e foram colocados por Deus sobre um pedestal, acima de todos os outros seres vivos.

Na Europa medieval, esta visão, grandemente influenciada pelos escritores clássicos depois dos séculos XII e XIII, forneceu uma moldura amplamente aceita para a compreensão do mundo e da posição dos seres humanos dentro dele. Apesar dos diferentes autores enfatizarem aspectos diferentes, o mundo era visto tipicamente como uma criação planejada e ordenada, feita por Deus em toda a sua bondade, que sobreviveria até o dia do juízo final. A ordem do mundo natural era uma evidência do trabalho de um criador benevolente. Os seres humanos desfrutavam de um *status* completamente diferente dos outros animais, como únicas criaturas que possuíam uma alma e uma vida após a morte. O escritor do século VI, Cosmas Indicopleustus, proclamou em sua obra, *Topografia Cristã*, que o homem era "o rei de todas as coisas da terra e reinará juntamente com

Jesus Cristo nos céus". Tomás de Aquino incorporou grande parte do pensamento clássico (especialmente Aristóteles), reuniu essas visões e forneceu, à maior parte do pensamento cristão medieval, sua expressão mais coerente e mais lógica. Ele argumentou que existia uma hierarquia dos seres, do mais insignificante até Deus, mas, apesar de existir uma razão para a existência de cada um deles, o plano geral era somente do conhecimento de Deus. Os seres humanos ocuparam seu lugar privilegiado acima dos animais e seu domínio sobre a natureza fazia parte do plano divino — as criaturas racionais deveriam governar as irracionais (os animais) e isto estava bem ilustrado pela capacidade demonstrada pelos seres humanos de domesticar os animais. Da mesma maneira, o trabalho da sociedade humana para alterar a natureza, aumentando as áreas cultivadas e usando recursos fornecidos pelo mundo, era visto como parte de um processo contínuo de melhoria da natureza. A reforma do século XVI não trouxe qualquer mudança fundamental nesse ponto de vista, pelo contrário, reforçou-o, enfatizando a importância dos textos bíblicos. Calvino, um dos chefes desse movimento, afirma firmemente que Deus levou seis dias para tornar o mundo perfeito para a chegada dos seres humanos, e que Deus "criou todas as coisas para o bem do homem". A posição única atribuída persistentemente aos seres humanos, na teologia judaica e em seguida na cristã, produziu uma visão altamente antropocêntrica do mundo, que viria representar um impacto profundo e duradouro no pensamento posterior europeu, mesmo quando não fosse especificamente religioso.

Existiam exceções dentro do judaísmo e do cristianismo: a posição especial dos seres humanos no mundo foi questionada por alguns pensadores. Nessa tradição minoritária, eram enfatizados alguns aspectos ligeiramente diferentes dos mitos da criação judaica, particularmente os que diziam respeito ao Jardim do Éden. Os seres humanos são descritos

essencialmente como os administradores da criação de Deus, com a tarefa de cuidar do mundo em que viviam. Esta visão está ilustrada pelo escritor judeu, Maimônides, que escreveu: "Não devemos acreditar que todos os seres existem com a finalidade de servir ao homem. Pelo contrário, todos os outros seres também foram criados para seu próprio bem e não para o bem de outra coisa."

Esse mesmo aspecto que negava a tradição amplamente aceita também pode ser encontrado nas idéias de Francisco de Assis. Suas crenças refletem muita coisa da parte central do pensamento cristão, particularmente sobre a idéia de que a natureza, seu significado e sua ordem e a maneira com que cada parte está tão bem adaptada a seu modo de vida, demonstravam a obra de um criador benevolente. Para ele, o mundo natural poderia conseqüentemente ser visto como sendo semelhante à Bíblia, apesar de sob um nível inferior, uma ilustração da natureza de Deus. Francisco via todas as criaturas como partes iguais dessa criação, cada uma delas parte de um plano divino, que não tinha sido criada com propósitos utilitários dos seres humanos. Essa idéia revolucionária em suas implicações e, como grande parte de seu pensamento, amplamente detestada dentro da Igreja, nunca foi mais do que um ponto de vista minoritário dentro da estrutura total da crença cristã, apesar de que, com a preocupação crescente com o meio ambiente, passou a ser mais enfatizada nas últimas décadas.

O desenvolvimento constante e rápido do pensamento secular da Europa do século dezesseis produziu muito poucas alterações nas suposições e crenças herdadas do pensamento clássico e medieval sobre o relacionamento entre os seres humanos e o mundo natural. Continuava a vigorar o antropocentrismo básico do cristianismo, apesar de que de uma forma ligeiramente modificada. O mundo continuava a ser visto como parte de um plano divino organizado e racional. Os escritores utilizavam-se da quantidade

de crescente de conhecimento biológico para ilustrar, com ainda mais exemplos, a sabedoria de Deus ao fazer um mundo tão perfeitamente adaptado. Essa aproximação talvez esteja melhor exemplificada pela obra de Ray, escritor inglês do final do século XVII, que já se encontra definida no título de seu livro, *A Sabedoria de Deus Manifestada nas Obras da Criação*. Os seres humanos continuavam sendo vistos como colocados em uma posição especial por Deus, acima das outras criaturas e capazes de utilizá-las, assim como ao mundo natural, para seu próprio benefício. As intervenções e modificações no mundo natural poderiam ser prontamente interpretado como fazendo parte do plano de Deus para melhorar a criação. Esse conceito de um papel especial fez com que algumas pessoas adotassem posições ainda mais extremas. Por exemplo, Marsilio Ficino, autor da Renascença Italiana, escreveu: "O homem não somente se utiliza dos elementos, mas também os adorna... O homem, que cuida geralmente de todas as coisas, tanto as vivas como as sem vida, é uma espécie de Deus." Ponto de vista semelhante é encontrado nos escritos de Sir Matthew Hale, advogado inglês do século XVII, que, em *A Organização Primitiva da Raça Humana*, escreveu:

"Esta era a única Finalidade da criação do Homem, a de ser o Vice-gerente de Deus Todo-Poderoso, no Regimento subordinado especialmente para as Províncias Animais e Vegetais."

Para esses pensadores, a posição privilegiada dos seres humanos e seu direito a exercer controle sobre a natureza estavam enraizados em sua posição de elo mais elevado do que era amplamente visto na época como uma grande cadeia dos seres, que se elevava dos mais insignificantes aos mais importantes. A idéia de que os seres humanos precisavam interferir ou acrescentar os toques finais à natureza para manter a civilização era uma crença altamente difundida e aceita, assim como a de que a natureza estaria melhor, não em seu

estado primitivo ou bruto, mas quando controlada e moldada pelos seres humanos. A partir desses pontos de vista, seria necessário somente um pequeno e lógico passo para que a humanidade aceitasse as perspectivas de um maior controle do mundo natural por parte do homem, com a crença de que com isto estaria agradando a Deus, pois assim os seres humanos estariam se aproveitando da melhor maneira possível das maravilhas de sua criação.

Um dos temas principais dos escritos do século dezoito estava na ênfase colocada no domínio humano sobre a natureza e no papel que representava para a complementação das obras de Deus. As ações humanas, dirigidas para esse fim, eram vistas como benéficas. Nesse momento, um método científico que se desenvolvia lentamente e um corpo crescente de conhecimento científico trabalhavam na mesma direção. René Descartes, em seu *Discurso sobre o Método*, enfatizou a importância do método científico através do uso da matemática para medir e aquilatar, juntamente com um processo de análise destinado a reduzir os todos às partes que os constituíam. A ampla adoção dessa forma de acesso reducionista à pesquisa científica produziria um impacto profundo na formação do pensamento europeu em geral, que inevitavelmente levava a uma visão fragmentada do mundo — para um enfoque nas partes individuais de um sistema ao invés de no todo orgânico, através do estudo do modo pelo qual os elementos constituintes agiam separados e não pela forma pela qual interagiam, ambos através da competição e da cooperação. Essa tendência era reforçada por uma aproximação mecanicista aos fenômenos naturais, que novamente podem ser traçados em Descartes, que escreveu: "Não reconheço qualquer diferença entre as máquinas feitas pelo homem e os vários corpos que a natureza compõe sozinha." Conseqüentemente, os animais eram simples máquinas e, mesmo tendo sido feitos por Deus, incapazes de pensar como tais, somente dotados de

impulsos naturais. Fosse quais fossem os métodos intelectuais que Descartes desejasse perseguir, Deus continuava sendo central em sua visão do mundo e os seres humanos ainda ocupavam um lugar especial naquele esquema, isso sem mencionar que possuíam mentes e almas que lhes permitia dominar a natureza. Sua visão mecânica do mundo parecia justificada pelo sucesso espetacular de Newton no final do século XVII, ao aplicar as leis físicas, tais como o domínio da força da gravidade, para explicar as obras do universo. Fora lançada uma nova imagem popular do relacionamento entre Deus, os seres humanos e a natureza. Nos duzentos anos seguintes ou mais, surgiram referências frequentes à idéia de Deus como sendo o grande planejador de uma máquina que os seres humanos poderiam, através de suas faculdades fornecidas por Ele, procurar compreender o funcionamento. O economista americano H.C. Carey, escrevendo duzentos anos depois de Descartes, declarou em 1848 que "a Terra é uma grande máquina, dada ao homem para servir a seu intento".

A idéia de que a aplicação da ciência é um auxílio poderoso para o progresso e um instrumento vital para capacitar os seres humanos no domínio do mundo está vibrantemente exposta na obra de Francis Bacon, que começou do ponto de vista tradicional, quando escreveu que "o mundo é feito para o homem, não o homem para o mundo" e:

"O homem, se examinarmos as causas finais, pode ser encarado como o centro do mundo, tanto que, se o homem fosse tirado do mundo, o resto pareceria vazio, despidido de meta ou significado."

E ele continua insistindo que todo o significado das pesquisas científicas seria o de restaurar o domínio sobre o mundo, que teria sido perdido com a queda de Adão e Eva no Jardim do Paraíso. E como escreveu no *Novum Organum*: "Que a raça humana recupere o direito sobre a natureza que pertence a ela pela dádiva divina." E a maneira pela qual esse

direito poderia ser recuperado freqüentemente era expresso com a linguagem da violência. Um poeta contemporâneo, Abraham Cowley, escreveu sobre "as guerras inocentes dos agricultores sobre as bestas e as aves" e as palavras "supremacia" "conquista" e "domínio" eram muito comuns para escrever os esforços humanos para controlar a natureza. Bacon, em sua correspondência com John Beale, disse que o motivo para o estudo do mundo natural seria que, com o conhecimento da natureza, ela poderia ser conquistada, dominada e usada em serviços para a vida humana. Descartes também via a meta da ciência e do crescimento humano como sendo parte de uma luta mais ampla, de modo que "possamos... empregá-los em todos aqueles usos aos quais estão adaptados, tornando-nos dessa forma nos mestres e possuidores da natureza".

Durante a segunda metade do século XVIII, a idéia de um mundo perfeitamente planejado começou a ser atacada, especialmente na crítica satírica de Voltaire sobre o otimismo leibniziano em *Candide*. Esse veio na obra dos filósofos foi reforçado pelos desenvolvimentos posteriores no pensamento científico. A obra *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, publicada em 1859, abriu um debate sobre as origens do homem, abalando a visão ortodoxa da criação divina, e lançou a idéia da seleção natural das características que ajudaram a sobrevivência em um mundo altamente competitivo. Nas mãos de filósofos como Herbert Spencer, essa teoria sobre a origem das espécies foi transmutada em uma afirmação sobre a natureza da sociedade e a moralidade das ações humanas. Na verdade, Spencer restaurou as antigas idéias sobre a posição especial dos seres humanos comparada com o resto do mundo natural de uma forma darwiniana. Para Spencer, toda a vida representava uma luta para "a sobrevivência dos mais adequados". Os seres humanos tinham que lutar contra a natureza para sobreviver e, assim fazendo, demonstravam sua adequação para chegar ao degrau mais alto da escada. Variações

sobre esse tema antigo aparecem em vários outros textos do século XIX, evidência da forte atração exercida por uma idéia que reforçava não só um sentido de propósito e de superioridade, como também justificava prontamente as áreas da interferência humana tradicional junto ao mundo natural, assim como também o surgimento de novas atividades, como o vasto crescimento industrial. O filósofo Emmanuel Kant escreveu que: "Como único ser sobre a Terra que possui a compreensão, ele (o homem) é certamente o senhor titular da natureza... nasceu para ser seu fim principal". Dada a sua posição, Kant sentiu que o relacionamento humano com a natureza não poderia estar sujeito a qualquer censura moral. Outros pontos de vista morais também aparecem novamente, com variações ligeiramente diferentes, em vários pensadores modernos. Por exemplo, John Stuart Mill, em sua obra *Três Ensaaios Sobre a Religião*, escreveu o seguinte sobre a natureza: "Suas forças apresentam-se frequentemente, em relação ao homem, na posição de inimigas, contra as quais tem que lutar, através da força e da engenhosidade, o menos que ele possa por seu próprio uso". O fundador da psicanálise, Sigmund Freud, disse, em seu livro *Civilisation and its Discontents*, que o "ideal humano era combinar com o resto da comunidade humana e empreender o ataque à natureza, forçando-a a obedecer a vontade humana, sob a direção da ciência".

Ao mesmo tempo que o forte sentido de continuidade que emerge no pensamento europeu, sobre o relacionamento entre os seres humanos e o mundo natural durante muitos séculos, é ainda possível traçar o surgimento de um poderoso novo elemento — a idéia do *progresso*. Essa idéia é um constituinte tão fundamental do pensamento moderno que é muito difícil compreender o quanto é recente, ou como as outras sociedades viam o mundo antes do surgimento dessa idéia. O mundo antigo não tinha um grande conceito sobre a idéia do progresso: a História geralmente era vista como

não tendo qualquer direção particular, ou mesmo, se possuía alguma, como sendo a História de um declínio de uma era dourada. Para escritores como Xenofonte, Hesíodo e Empédocles, a sociedade humana estava numa constante decadência de uma era de ouro para uma de prata e, finalmente, para uma era de ferro, durante a qual eles viviam. Outras sociedades, como, por exemplo, a dos índios cherokee, tiveram a mesma idéia a respeito de uma idade dourada perdida, da mesma forma que alguns pensadores chineses, como o taoísta Chuang Tzu. Tanto os cristãos primitivos, como os da Europa medieval, viam a história do mundo como sendo a de um declínio, da inocência perdida no Jardim do Paraíso, que jamais seria recuperada na Terra. Acreditavam em um dia do julgamento final, que ocorreria em um futuro não muito distante e que marcaria tanto o julgamento final para os vivos quanto para os mortos, e também o final de toda a história terrena. Muitas figuras seculares dos séculos XV e XVI acreditavam que, apesar de terem redescoberto grande parte da cultura do mundo antigo, sua própria época era muito inferior à dos gregos e romanos, tanto em termos culturais como em virtudes e valores cívicos. Dentro de uma moldura intelectual de tal monta, era quase impossível interpretar a história humana como representante de um progresso ininterrupto.

E foi somente no final do século XVII que o progresso crescente do conhecimento científico e o avanço contínuo da tecnologia (áreas nas quais a Europa, na época, apresentava claramente um avanço, comparativamente com as sociedades antigas) começaram a convencer alguns pensadores que a História poderia ser uma crônica de progresso ao invés de uma de decadência. Gradativamente, os intelectuais europeus começaram a aceitar que a História era uma narrativa de uma série de mudanças irreversíveis em apenas uma direção — um melhoramento contínuo. O século XVIII foi marcado por uma onda de otimismo sobre o futuro e a inevitabi-

lidade do progresso em todos os campos. Em 1793, o escritor inglês William Godwin escreveu em sua obra *Political Justice* em termos gloriosos sobre as perspectivas:

"Três quartos do mundo habitável atualmente apresentam-se incultivados. Os progressos a serem feitos na agricultura e o aumento das terras capazes de crescer em produtividade ainda não podem ser reduzidos a qualquer limite dos cálculos. Miríades de séculos de população ainda em crescimento podem passar e a Terra ainda ser suficiente para sustentar seus habitantes."

Nesse mesmo ano, o marquês de Condorcet publicou o seu *Sketch for a Historical Picture of the Progress of the Human Mind* (Esboço de um Quadro Histórico do Progresso da Mente Humana). O livro estabelecia a declaração de sua crença no potencial humano e o alcance ilimitado de seu progresso:

"A perfeição do homem é verdadeiramente infinita; e que o progresso dessa perfeição, de agora em diante independente de qualquer força que pudesse desejar impedi-la, não tem limite quanto a duração do globo terrestre, sobre o qual a natureza atirou-nos... esse progresso... nunca será revertido, enquanto a Terra ocupar seu lugar atual no sistema universal."

Talvez fosse possível, se Condorcet soubesse que iria morrer na prisão no ano seguinte, durante o período de terror da Revolução Francesa, teria tido uma visão menos radical sobre a natureza humana e a História. Mas com toda a certeza, o reverendo Thomas Malthus apresentou uma visão muito mais negra. Seu *Essay on the Principle of Population* (Ensaio sobre o Princípio da População), publicado pouco depois, em 1798, argumentava que haveria um ciclo permanente da História, na qual o número de habitantes crescia até um ponto em que ficava elevado demais para o suprimento alimentar disponível e, nesse ponto, a fome e a doença reduziriam a população, até que ficasse novamente equilibrada em relação

à quantidade de alimentos que poderia ser produzida. Malthus não via qualquer saída para esse ciclo terrível. Durante o século XIX, essa visão Malthusiana da História era grandemente ignorada, e a idéia do progresso tornou-se universalmente aceita como uma possibilidade natural e não dita. Esse otimismo era sentido como sendo justificado pelo enorme progresso material feito pela Europa no século XIX: sua capacidade de alimentar uma população cada vez maior, o crescimento das cidades, as novas invenções e o desenvolvimento da indústria. A aceitação do progresso estava no coração do pensamento dos intelectuais europeus, como Saint Simon, Comte, Spencer e John Stuart Mill. Sua manifestação mais forte encontra-se no pensamento de Marx e Engels, com sua idéia a respeito do progresso inevitável das sociedades humanas, através de diferentes estágios econômicos e das estruturas do poder com eles relacionadas. Argumentavam eles que a História humana era a marcha do progresso a partir das tribos, passando pelas sociedades feudal e capitalista, até seu clímax, na vitória inevitável do proletariado e do socialismo. No final do século XIX, a idéia do progresso tornara-se também parte da cultura popular — algo tão arraigado na crença de quase todo o pensamento europeu que qualquer mudança estaria automaticamente equacionada com o progresso. Apesar dessa idéia ter sido desmentida por alguns dos acontecimentos do século XX, continua sendo uma crença amplamente aceita, sobre a natureza da história humana.

Apesar do elemento religioso ter esmaecido ou desaparecido de grande parte do pensamento europeu no final do século XIX, muitas das crenças existentes no centro do pensamento cristão durante dois mil anos, juntamente com as primitivas influências clássicas e judaicas, foram incorporadas quase que despercebidamente, no padrão geral das crenças que formavam os fundamentos da visão européia do mundo. Os seres humanos eram vistos como separados e superiores a um mundo natural, que tinham o direito de

explorar como bem lhes apossasse. Essa exploração era encarada como perfeitamente natural e como uma maneira de melhorar um meio ambiente natural, hostil e inacabado. As consequências das ações humanas foram de certa forma benéficas e parte de uma história inquebrantável do progresso, que inevitavelmente continuaria no futuro. E foi essa visão do mundo que formou o pano de fundo para o período mais ativo da expansão da Europa e que, graças ao aparente sucesso da Europa, atraía cada vez mais as pessoas que entravam em contato com os europeus e seus elevados padrões materiais.

Essa visão antropocêntrica do mundo não era mantida universalmente dentro da Europa. A idéia de que os seres humanos só tivessem a função de administradores do mundo continuava sendo uma tradição minoritária dentro tanto do judaísmo quanto do cristianismo. E até mesmo essa tradição envolvia, em vários aspectos, uma mudança de ênfase e não uma aproximação radicalmente diferente, porque continuava mantendo os seres humanos em uma posição especial, como encarregados do mundo, podendo usá-lo para seus próprios intentos, apesar de que de uma forma mais moderada e restrita. Outras tradições religiosas mundiais não colocam os seres humanos em uma posição especial e dominante. O pensamento taoísta chinês enfatiza a idéia de um equilíbrio de forças, tanto nos indivíduos quanto na sociedade. Ambos deveriam tentar viver de uma forma equilibrada e harmoniosa com o mundo natural. A tradição indiana, como está exemplificada em textos como, por exemplo, os Upanishads e religiões como o jainismo e o budismo, está estabelecida em uma visão radicalmente diferente do mundo. Todas as criaturas, incluindo os seres humanos, são vistas como parte de um mundo sofredor, todas necessitando passar por ciclos contínuos da existência, nos quais, através do karma e da reencarnação, as ações de uma vida afetam a seguinte. É dada uma importância especial à compaixão por todas as criaturas

aprisionadas nesse ciclo da existência. Os seres humanos encontram-se em uma posição especial, mas não por serem os governadores do mundo em nome de Deus e sim por serem as únicas criaturas capazes de melhorar, devendo, consequentemente, fazer o melhor uso possível dessa rara oportunidade de escapar a esse ciclo de sofrimento. Apesar da grande variedade de diferentes correntes de pensamento dentro de todas as principais tradições religiosas, incluindo o cristianismo, tornar uma generalização um tanto perigosa, a visão mundial de tradição religiosa "oriental", desenvolvida séculos antes do surgimento do cristianismo, enfatiza uma aproximação menos agressiva ao mundo natural, por parte dos seres humanos. Ela não prega a idéia de que os seres humanos estariam colocados em uma posição acima e além de um mundo natural, que poderiam explorar como quisessem. Os seres humanos representam somente uma pequena parte de um todo muito maior e o que os diferencia — maiores capacidades intelectuais e/ou espirituais — deveria ser dirigido para a meta de um crescimento, capacitando-os a agir de maneira mais sábia quanto às outras criaturas, não tomando a vida desnecessariamente. O centro dessa linha de pensamento não é o domínio sobre o mundo, mas a idéia do sofrimento e da necessidade da compaixão universal.

As evidências de que dispomos sobre a aparência e as crenças dos grupos agrícolas e de caça sugerem, de maneira não surpreendente, graças ao seu relacionamento próximo com o mundo natural na busca pelo alimento, uma variedade de crenças em torno da interdependência entre os seres humanos, as plantas e os animais. Em geral, eles não viam, como acontece normalmente nas sociedades modernas, uma distinção entre a natureza e a sociedade. Seu mundo era simplesmente composto de pessoas, animais e coisas inanimadas, todos ligados entre si em um todo único, sem categorias distintas. Talvez a declaração mais explícita que temos dessas crenças nos venha do chefe Seattle, da tribo Squamish, que escreveu ao

presidente dos Estados Unidos, em 1854, para protestar (sem efeito) contra a maneira com que os colonizadores brancos tratavam os índios e o meio ambiente da América do Norte:

"O que é o homem sem as feras? Se todas as feras desaparescessem, os homens morreriam de grande solidão espiritual, pois o que acontece com as feras, também acontece com o homem... Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a Terra é mãe delas. Tudo o que aconteça à Terra acontecerá também aos filhos da Terra. Se os homens cospem sobre o solo, estarão cuspiendo em si mesmos. Não é a Terra que pertence aos homens, mas estes a ela. Os homens não teceram a trama da vida, pois são um mero fiapo dela. Tudo o que façam com essa trama estarão fazendo a si próprios.

É difícil imaginar uma declaração que estivesse mais em choque com a predominante visão européia a respeito da relação entre os seres humanos e o mundo que os cercava.

Embora a influência do pensamento religioso e filosófico claramente continue colorindo a visão que os europeus — e, cada vez mais, o resto da humanidade — têm do mundo em que vivem e as decisões que estabeleçam quanto às ações admissíveis para modificá-lo, é indiscutível que durante os últimos duzentos anos o crescimento da economia como uma disciplina introduziu novo e poderoso elemento de análise. Efetivamente, há por todo o mundo contemporâneo amplo debate sobre as normas segundo as quais a sociedade deva ser organizada, e todas elas giram em torno da saúde e da administração da economia internacional. Essa "ciência social", embora de incorporação relativamente nova ao universo das disciplinas acadêmicas, e geradora de tanta controvérsia entre os seus praticantes, de fato passou a ter profunda influência em toda e qualquer consideração sobre os destinos do mundo. O pensamento econômico é hoje um fator essencial na ordenação dos

sistemas dentro dos quais as comunidades humanas atuam sobre os ambientes em que vivem. Não é apenas o declarado sistema econômico de uma sociedade, mas as premissas econômicas e os sistemas de valores por elas englobados são essenciais para compreensão da visão moderna do relacionamento entre os seres humanos e o mundo natural. Apesar de todas as aparentes diferenças entre as economias ocidentais dominadas pelo mercado e as economias de planejamento central do mundo comunista, quando existe a necessidade de tomar-se uma atitude quanto ao mundo natural, suas visões são surpreendentemente semelhantes.

É muito fácil esquecermos que as economias e as sociedades dominadas por mecanismos de mercado são fenômenos comparativamente recentes. Foi somente no século XIX que surgiram sociedades controladas pela operação livre (ou principalmente livre) dos mercados, para a terra, o trabalho e o capital, com outras considerações subordinadas a essas exigências. Durante milhares de anos, as sociedades eram organizadas de maneira muito diferente. Os grupos de colheita e de caça geralmente tinham poucas possessões, a idéia da propriedade da terra era completamente estranha para eles (o que explica por que não conseguiam chegar a bom termo com o sistema europeu) e os bens vitais para a continuidade do grupo, especialmente o alimento, eram vistos como livremente disponíveis a todos, podendo ser compartilhados se necessário. As primeiras sociedades estabelecidas passaram a depender da redistribuição do alimento entre os membros da comunidade, tarefa normalmente desempenhada pelo chefe religioso ou pelos governadores seculares. A população de Roma, semelhantemente, era alimentada através da distribuição livre dos grãos, feita pelo estado. Nessas sociedades antigas e nas sociedades do mundo inteiro até os últimos séculos, a maioria das pessoas vivia em pequenas unidades que raramente produzia ela mesma tudo de que necessitavam. Na ausência dos mercados onde os bens se-

riam negociados, a elite secular e religiosa mantinha ou partronalizava os artistas e os artesãos, para obter seus produtos. Essas sociedades eram, antes de tudo, agrícolas e o comércio ficava restrito a alguns poucos itens, diretamente ligados àquele setor da economia, juntamente com alguns poucos bens de luxo para a elite. Nas sociedades "feudais" da Europa medieval, inicialmente a terra raramente era comercializada; era principalmente trocada pelo serviço militar ou por aluguel, dificilmente por dinheiro. Só muito lentamente, dentro de um período de séculos, começou a ser desenvolvido um mercado de trabalho, e geralmente era feito sem um pagamento em dinheiro. Esse trabalho era realizado em turnos (tanto dos proprietários como dos trabalhadores), que regulavam as horas de trabalho, o pagamento, o aprendizado e o resultado. Já existiam os mercadores, mas estes representavam um papel de menor importância e o comércio feito com os bens era operado de maneira diferente dos mercados modernos. Ao invés da flutuação dos preços segundo o fornecimento e a demanda, a tendência dos mercados era operar com relacionamentos fixos entre os diferentes bens, de modo que o lucro não surgia das diferenças de preços e, sim, dos excedentes.

Essa situação começou a mudar na Europa depois de 1100, primeiro em regiões mais desenvolvidas como no norte da Itália e em Flandres e, depois, mais amplamente por todo o continente. Houve uma expansão do comércio e cresceu o número de mercadores, desenvolveu-se a atividade bancária, o mercado de terra cresceu progressivamente e o trabalho tornou-se uma coisa a ser comprada e vendida. Mas mesmo com o crescimento do comércio, ele ainda era severamente regulamentado, muitas vezes pelo estado por razões estratégicas e o mercado de trabalho continuava sendo parcialmente controlado, principalmente nos limites impostos pelos soldos que poderiam ser pagos e na liberdade de movimento. Comportamentos sociais também impunham limites sobre o

comportamento econômico, ditando ordens especialmente quanto ao lucro. Porém, no século XVIII, começava a emergir um mercado livre sobre as terras, mercado e capital, principalmente nos países mais desenvolvidos da Europa, como a Grã-Bretanha. Adam Smith, atualmente visto como o fundador da economia moderna, foi o primeiro escritor a fornecer uma análise sistemática e a apologia de uma revolução no comportamento e na organização social que acontecia no momento, em sua obra *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, publicada em 1776, época em que surgiam os novos métodos de organização econômica na Bretanha. Ele argumentava que os indivíduos, agindo em seu próprio interesse, fossem como produtores ou consumidores, na perseguição de uma riqueza maior que seria regulada pela competição entre eles, produziriam um melhor resultado para a sociedade como um todo. Defendia o ponto de vista de uma sociedade engajada em um processo de desenvolvimento contínuo, que seria provocado através do investimento, de uma maior produtividade e do acúmulo da riqueza individual. Participava da crença comum ao século XVIII na inevitabilidade do progresso, acreditando que a melhora da sociedade seria equivalente à produção de riqueza material — crença que pode ser contestada por muitos, pois deixa de fora muitos valores importantes, mas continua sendo uma crença que influenciou a muitos. Smith, juntamente com outros escritores, tais como Ricardo e John Stuart Mill (atualmente categorizados como economistas clássicos), colocaram a produção dos bens no centro da economia. Portanto, desde o início, os economistas concentraram a maior parte de seus estudos na organização da produção — em como interagiam os vários fatores responsáveis por ela (terra, trabalho e capital).

Existem muito poucas dúvidas sobre se a teoria de Smith, que abrangia a competição e um mercado auto-regulador, operando através dos preços estabelecidos por um

equilíbrio entre a oferta e a demanda, seja, na prática, uma maneira perfeitamente eficiente de equilibrar essa produção e essa demanda. Essas crenças da economia clássica têm sido amplamente aceitas nas sociedades ocidentais industrializadas, nos últimos duzentos anos. Existe, no entanto, uma falha fundamental na economia clássica (e nos sistemas modernos dela derivados — economia marxista, o bem-estar social, a economia keynesiana e ultraliberal). Todas ignoram o problema do esgotamento das fontes e tratam somente dos problemas secundários da distribuição das fontes entre os diferentes fins competidores. O defeito crucial dessa visão é que os recursos da terra são tratados como capital — um conjunto de ativos que devem ser transformados em uma fonte de lucro. As árvores, a vida silvestre, os minerais, a água e o solo são tratados como mercadorias a serem vendidas ou desenvolvidas. Mais importante ainda, seu preço é simplesmente o custo de sua extração e conseqüente transformação em mercadorias de venda. (Alguns, tais como o ar, nem ao menos entram no mecanismo de mercado.) Mesmo assim, essa visão passa por cima da verdade básica de que os recursos da terra não sejam escassos e nem finitos. Como a economia clássica é incapaz de incorporar esse fato à sua análise, os sistemas econômicos nela baseados encorajam tanto o produtor quanto o consumidor a extinguir os recursos disponíveis a qualquer nível que as condições correntes permitam. Presumem, desafiando qualquer lógica, que as fontes, em termos de materiais e energia, sejam inexauríveis, que o crescimento nos níveis globais da economia possa continuar para sempre e que a substituição de um material ou forma de energia por outra continua indefinidamente, mesmo que na realidade o suprimento total seja limitado. Nesse sistema, não há como os preços correntes e conseqüentes níveis da atividade econômica possam enfrentar os problemas que surgirão no futuro. Na realidade, se a ação mais racional para os seres humanos for, como é sugerido pela economia clássica, a de

perseguir o auto-interesse imediato, então não existe a necessidade da preocupação com a posteridade. Mas como no mundo real os recursos são finitos, se os consumirmos todos agora, isso nos custará um preço verdadeiro: eles não mais estarão disponíveis para as gerações futuras.

O desenvolvimento da economia keynesiana nos anos 30, que nos mostrou como a economia (a demanda pode ser regulada pelo governo para manter seu emprego total) criou novos métodos para medir o nível da atividade econômica de um país. Os economistas criaram o Produto Nacional Bruto (PNB) como medida de quantidade de produção, consumo e investimento. Atualmente, o sucesso de uma economia é geralmente julgado pelo ritmo do crescimento do PNB. Mas a definição do PNB apresenta muitos defeitos. Ela não aquieta todos os tipos de atividade econômica, e o modo como é calculada fornece uma visão distorcida do sucesso econômico. O PNB mede somente determinados fluxos monetários e, conseqüentemente, não cobre a "economia negra" das atividades não declaradas ou transações não-financeiras, tais como a permuta, a agricultura de subsistência, o trabalho doméstico e o trabalho comunitário voluntário. O PNB, quando mede o tamanho de uma economia, inclui vários itens que não representam benefício para a sociedade como um todo. Por exemplo, quanto mais curta for a vida de um carro e quanto mais freqüentemente quebrarem, maior será a quantidade da atividade de uma economia (mais vendas de carros e mais consertos), o que é refletido nos números do PNB. Isso ignora o fato de que os indivíduos, a menos que estejam empregados em uma fábrica de carros ou de uma garagem, seriam mais bem atendidos se possuísem carros mais duráveis e confiáveis. Os cálculos do PNB também não levam em conta os custos sociais de algumas formas de produção, como, por exemplo, os níveis mais elevados da poluição, ou maiores congestionamentos no tráfego e de atrasos ou problemas sociais, como má condição do tipo de vida, ou com

níveis elevados de criminalidade. É muito difícil estabelecer-se um preço para esses itens, que geralmente são omitidos da maioria dos modelos econômicos e dos mecanismos de preço, ficando reduzidos à categoria de "externalidades". No comércio geral, o PNB não tece considerações a respeito da questão fundamental que trata dos seus níveis em qualquer tempo, ou sobre se o seu crescimento contínuo no futuro seria uma realidade desejável ou possível de ser mantido.

Sob certos aspectos, a discordância mais radical da economia clássica e liberal surgiu com Marx e Engels, em seus trabalhos teóricos publicados em meados do século XIX, e com seus seguidores, particularmente Lenin e os revolucionários que tomaram o poder na União Soviética depois de 1917. No entanto, Marx e Engels adotaram muitas crenças da economia clássica e do pensamento ocidental anterior, na maneira como trataram os recursos e o meio ambiente, levando, em muitos casos, essas visões a extremos que não encontraram paralelo em qualquer outro lugar. Marx e Engels, como os economistas clássicos anteriores, argumentavam que o "valor" de qualquer produto advinha da quantidade do trabalho humano nele despendido. Essa visão negligencia os recursos envolvidos: julga o "valor" unicamente pela quantidade do trabalho humano empregado na extração e processamento desses recursos, não levando em conta sua natureza finita.

Em algumas de suas primeiras obras, como, por exemplo, *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, escrita em 1840, Marx adota uma visão mais idealista da natureza do que em sua obra posterior, o que também acontece com partes da obra de Engels, que demonstra estar ele consciente de alguns problemas ambientais causados pelas atividades humanas no passado. Mas mesmo nessas obras, Marx adotou a visão européia comum, que dizia que a natureza só teria algum significado a partir das necessidades humanas, quando escreve, por exemplo, que "a natureza tornada abstratamente, por si mes-

ma, isolada do homem, não significa coisa alguma para ele". Em seus escritos posteriores, Marx argumenta que "a grande influência da natureza", de modo que, "a natureza se torna, pela primeira vez, simplesmente um objeto para a raça humana, simplesmente uma utilidade". Engels retoma esse mesmo ponto de vista, argumentando que, no futuro, os seres humanos serão capazes de "aprender e, portanto, controlar até mesmo as consequências naturais mais remotas de, pelo menos, nossas atividades produtivas mais comuns". Marx, Engels e, por sua vez, Lenin, rejeitam quaisquer das idéias socialistas mais libertárias que diziam que o aumento da felicidade poderia ser obtido através da redução da quantidade do consumo da sociedade e da busca por uma vida mais simples e mais harmoniosa. Pelo contrário, sua meta mais importante seria elevar o proletariado ao nível de consumo adquirido pela burguesia da Europa do século XIX. O socialismo estaria baseado na capacidade produtiva de uma sociedade industrial adiantada, organizada através de um sistema de fábricas e com um forte poder estatal para conseguir esse fim. O otimismo geral do marxismo, que rejeita especificamente o pessimismo de escritores como Malthus em favor das possibilidades limitadas abertas à sociedade humana, graças a uma maior produção, foi sintetizada por Engels, quando declarou que "a produtividade da terra pode ser infinitamente aumentada pela aplicação do capital, do trabalho e da ciência".

Na prática, o marxismo ficou ainda mais comprometido com a importância surpreendente dada à produção do que a economia ocidental. Na União Soviética, depois de 1917, Lenin, tanto em seus trabalhos teóricos como na prática, tornou-se obcecado pela importância da produção industrial e demonstrou grande apreço pela produção de grandes quantidades de bens. Quando a União Soviética foi estabelecida, a grande prioridade foi colocada sobre o desenvolvimento da indústria, especialmente quando o "socialismo em um país"

foi aceito como política de um novo estado, no final de 1920. As consequências ambientais dessa política eram, em potencial, bastante perigosas, mas esse aspecto foi amplamente ignorado no contexto da filosofia materialista, que via a capacidade do ser humano de alterar o mundo natural como bem lhe aprouvesse como sendo a conquista humana mais importante, o que foi colocado como uma visão brilhante do futuro, pelo historiador soviético M. N. Pokrovskiy, em sua obra *A Brief History of Russia*, publicada em 1931:

"É fácil prever-se que no futuro, quando a ciência e a técnica tiverem alcançado uma perfeição que ainda somos capazes de visualizar, a natureza transformar-se-á em cerâmica em suas (do homem) mãos, que será capaz de moldá-la na forma que bem entender."

A força da visão marxista sobre a capacidade dos seres humanos de transformar a natureza para suas próprias finalidades passaria a ser sua tarefa mais importante e pode ser julgada pelo fato de que o livro de Pokrovskiy foi mais tarde condenado, por dar importância demasiada ao papel do meio ambiente na história mundial!

Essa visão serviu a muitos profissionais e políticos para representar a economia como uma ciência e um instrumento objetivo para a análise da atividade humana e o controle dos assuntos econômicos. Mesmo assim, jamais foi ou poderia ser considerada sem valor. Sua própria emergência como disciplina separada no século XIX reflete a importância dos países industrializados da Europa e da América do Norte, da expansão da produção e do consumo, o que se tornou centro da atenção e da preocupação, enquanto que outras considerações, especialmente o julgamento da qualidade de vida fora dos bens materiais, eram amplamente ignoradas. Mesmo que como matéria a economia tenha evoluído muito, a maior parte de sua análise é essencialmente estática. Seus textos clássicos descrevem como as economias funcionam ou deveriam funcionar, mas contêm muito pouco, ou nada, sobre as

dinâmicas envolvidas a longo prazo. Quantificam o nível corrente da produção, mas não dizem nada sobre como isso pode ser mantido a longo prazo e o ritmo pelo qual os recursos escassos e não renováveis estão sendo consumidos. A maior parte das correntes de pensamento econômico lança poucas luzes sobre as consequências imediatas e futuras da produção e do consumo correntes, fora sua influência sobre a inflação e o desemprego, oferecendo poucas soluções para as questões referentes aos níveis de poluição e danos ao meio ambiente.

Somente uma minoria de economistas tentou lidar com essas questões mais profundas. E. F. Schumacher, em seu livro *Small is Beautiful*, publicado no início de 1970, usou um enfoque dado à economia "como se os povos importassem". Para ele, isso significava uma concentração na questão do tamanho e da escala apropriados tanto para as atividades quanto para a tecnologia e a identificação das necessidades reais das pessoas, em lugar da perseguição de níveis absolutos de produção, enfoque caracterizado por ele como "Economia Budista". Apesar de suas obras tornarem-se *best sellers* internacionais, suas idéias tiveram pouco impacto sobre os criadores da política ou nas correntes econômicas. Outra análise incisiva das imperfeições da economia convencional foi feita por Hazel Henderson, em seu livro *Creating Alternative Futures*, publicado em 1978. Como Schumacher, ela criticava a fragmentação do pensamento econômico, sua incapacidade de reconhecer os valores nele profundamente mergulhados e seu fracasso em levar em consideração a dependência que a humanidade possuía do mundo natural. O resultado, segundo Henderson, é o seguinte:

"A economia entronizou algumas de nossas predisposições mais repugnantes: aquisição material, competição, glotonaria, orgulho, egoísmo, falta de visão e ambição simples.

"Com o risco de uma supersimplificação grosseira, é possível reunir-se os vários elementos que formam uma visão

'européia' do mundo, que é composta de muitas tradições diferentes — filosófica, religiosa e científica — que foram canalizadas de várias maneiras diferentes. Os europeus viam os seres humanos como que colocados em uma posição especial, acima e além de um 'mundo natural' separado, que podiam explorar impunemente. A influência do pensamento científico pode ser vista na dominância das formas reducionistas do pensamento — a ênfase dada à observação e à compreensão das partes do sistema e não ao todo. Cientistas passaram-se de que sua posição material e seu nível de conhecimento eram maiores do que os de seus antecessores e chamaram a isso de 'progresso'. Os níveis mais elevados de consumo material e uma maior habilidade para alterar o mundo natural eram vistos como as conquistas mais importantes. O progresso era benéfico por definição a alguma coisa que todas as sociedades humanas devessem almejar no futuro e o progresso começou a ser associado, acima de tudo, com o crescimento econômico."

Seria ingenuidade assumir-se que esse pano de fundo intelectual promovesse a força motivadora existente por trás do crescimento da Europa e é difícil separar-se o que era a causa e qual o efeito. Mas a maneira como os europeus pensavam sobre o mundo que os rodeava era importante. Ajudava a fornecer uma autojustificativa intelectual para o que os europeus faziam ao mundo natural, ou para a forma com que refaziam as outras sociedades para que servissem aos seus próprios fins e para a forma como exploravam os recursos naturais mundiais.

A Violação do Mundo

Durante os últimos 10.000 anos, as atividades humanas causaram mudanças importantes nos ecossistemas mundiais. A expansão universal das colonizações e a criação de campos para pastos e para a agricultura, o desmatamento contínuo das florestas e de outras regiões silvestres e a drenagem dos pântanos reduziram continuamente os habitats de quase todas as espécies de animais e plantas. A caça deliberada de animais para a alimentação, por suas peles e outros produtos (e em muitos casos, só pelo "esporte") e a coleta de plantas reduziram drasticamente o número de muitas espécies. Os seres humanos introduziram novas plantas em ecossistemas, frequentemente com resultados inesperados e quase catastróficos. A escala das perdas da vida selvagem, em períodos anteriores, é difícil de ser aquilatada. Existem maiores evidências, apesar de ainda muito espaçadas, no período pos-